

Pauta da 24ª Reunião Ordinária da Plenária – 2023

Data: 13 de setembro de 2023

I-Leitura;

II-Informes;

III-Ordem do dia: Estudo sobre ensino religioso com a participação do Professor Doutor Carlos André;

IV – Palavra Facultada.

Ata da 24ª Reunião Ordinária Plenária – 2023

1 Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, na Sede do
2 Conselho Municipal de Educação do Recife, Av. Visconde de Suassuna, 141 – Santo
3 Amaro, as dez horas e trinta da manhã. Os conselheiros, Ana Paula de Oliveira Tavares,
4 presidente; Alíria Thaisa Monteiro Costa; Ana Lúcia do Rego Ferreira; Andréa Cardoso
5 Lopes; Elaine Oliveira dos Santos; Francisco Soares de Santana; Guilherme Maciel; Isaac
6 Machado de Oliveira; José de Souza Ferraz Neto; Josineide Antônia da Silva Melo; Maria
7 Auxiliadora Leal Campos; Maria da Conceição Lima da Silva; Mônica Barbosa da Silva e
8 Wallace Melo Gonçalves Barbosa. Justificada as faltas dos conselheiros: Amanda Gomes
9 Duarte e Fernando José Félix Da Silva, por motivos pessoais e Marcelo Augusto Dantas
10 por motivos profissionais. A presidente iniciou apresentando o convidado da reunião, o
11 Professor Doutor Carlos André, e perguntou aos conselheiros presentes se estariam de
12 acordo em inverter a ordem da reunião para prestigiar a presença do convidado, todos
13 concordaram. **Ordem do dia.** A presidente deu início a reunião plenária dando as boas
14 vindas ao Professor Carlos, lembrou que a conselheira Auxiliadora fez a indicação do
15 convidado, a conselheira o apresentou, além de professor do curso de história, é
16 coordenador do mestrado e doutorado de História, como gestor é responsável pela
17 comunicação da UPE, e responsável pela editora da Universidade. Está a frente do grupo
18 de pesquisa de História das religiões e das práticas culturais e também do laboratório de
19 estudos de história. Iniciou sua apresentação agradecendo o convite do CME para falar
20 sobre o tema, pois são interessantes as reflexões sobre ensino religioso, pontuou que não
21 tem formação específica em ensino religioso e colocou ser importante dizer pois as
22 perspectivas de como se olha para a aprovação ou não do ensino religioso nas escolas
23 de educação básica partem do lugar que você fala, se for do ponto de vista teológico será
24 um, do ponto de vista histórico será outro. Partindo disso, o convidado explicou trabalhar

25 com história das religiões. Uma das linhas trabalhadas, são sobre criações de linguagens
26 para o ensino de história, dentro dessas linguagens trabalham sobre o ensino de história
27 das religiões. Trouxe reflexões sobre o que é religião, e segundo Professor Carlos, é
28 fundamental quando se trabalha com crianças e adolescentes. Explicou que o termo
29 religião vem de uma palavra latina “religio” sentido original ligado a um conjunto de regras,
30 advertências, observâncias, sem fazer referência a uma divindade, ritual, mitos, ou
31 qualquer tipo de manifestação. Deu exemplo que na idade média, o termo era uma
32 pessoa que pagava seus impostos, trabalhava, que era servo ao seu senhor. O termo
33 religião que é conhecido nos dias atuais, com ligação a algo divino, foi uma criação da
34 idade moderna, o conceito foi construído historicamente, culturalmente no ocidente
35 adquirindo um sentido de ligação da tradição cristã. Trouxe esse conceito no sentido da
36 necessidade do cuidado na construção de um componente curricular que debata ensino
37 religioso, a pensar que religião é uma construção histórica e cultural. Para o devoto
38 religião é fé, conexão com o divino, mas para o estudo da ciência, a religião tem que ser
39 pensada como construção histórica e cultural. Pontuou que não se pode pensar qualquer
40 tipo de conceito sobre religião sem levar as questões históricas e culturais específicas.
41 Exemplificou que o candomblé na Bahia é totalmente diferente do de Pernambuco. Não
42 se deve generalizar as religiões. O professor, colocou considerar o debate de ensino
43 religioso para formação dos indivíduos, extremamente importante e dentro da estrutura do
44 Estado, ele é fundamental. Explicou que desde março de 1997 foi o primeiro parecer dado
45 pelo CNE, referente ao artigo 33 da Lei 9394/96, a LDB. Falou os pareceres de carga
46 horária, formação de professores, autorização dos cursos de licenciatura, mestrado,
47 doutorado, explicou que esses pareceres em sua maioria foram sempre desfavoráveis.
48 Fez uma comparação entre o parecer de 1997 com o parecer de Gustavo Barroso,
49 ministro do STF. Indagou qual a grande preocupação. A construção das concepções e
50 dos debates muitas vezes sobre ensino religioso a partir de uma falta de formação e de
51 conteúdo programático e material didático, irá cair em proselitismo. Que seria a
52 construção de uma devoção na sala de aula. Outra questão trazida em 2020, o STF em
53 uma consulta sobre a associação das igrejas referente ao ensino religioso, em relação ao
54 artigo 33 do caput 1º e 2º da lei 9394/96, falando sobre a natureza não confessional
55 (ênfase nas escolas públicas)’. Sobre esse artigo, foi indeferido, o STF aprovou que
56 qualquer pessoa com confissão religiosa poderiam ministrar, porque seriam de matrículas
57 facultativas. Pontuou sua preocupação, ter indivíduos, como por exemplo, um pastor, um
58 padre, um pai de santo, um espírita, ministrando uma aula sem formação para tal. Não
59 teriam as práticas, didáticas, concepções educacionais, para trabalhar com os

60 estudantes. Então apontou quais as distinções básicas entre Educação Religiosa e
61 Ensino Religioso. A Educação religiosa possui caráter proselitista, tem o objetivo de
62 transmitir os valores de uma religião. O ensino religioso, precisa assegurar os debates
63 teóricos, metodológicos e conceituais sobre as religiões necessariamente imparcial e
64 plural. Falou sobre pesquisa realizada em 2019 com ensino médio, foi aplicado
65 questionário e uma das pesquisas foi: durante o ano letivo de 2018, algum componente
66 curricular realizou debates sobre história das religiões? No 1º ano respondeu 32% sim e
67 68% não. No 2º ano 60% sim e 40% não. No 3º ano, 94% debateu, e esse número tem
68 uma razão, a prova do ENEM em 2016 a temática foi sobre intolerância religiosa. A outra
69 questão: Durante sua vida escolar, você identificou sua religião sendo debatida? O
70 convidado explicou que 100% que respondeu sim são de religiões cristãs. Todos os outros
71 que responderam não a grande maioria são de outras religiões. Retomando o tema do
72 ENEM sobre intolerância religiosa, apontou dados preocupantes, apenas 77 estudantes
73 do Brasil inteiro tiraram nota 10, em contrapartida 291.806 estudantes tiraram nota 0, ou
74 seja, não souberam debater de forma alguma sobre intolerância religiosa. Então, segundo
75 o Professor Carlos chegou ao ponto principal da discussão da reunião de hoje. Qual a
76 importância dos debates sobre esta temática no espaço escolar? Explicou respondendo
77 de forma particular, sua resposta seria não. Pontuou acreditar que componentes
78 curriculares como história, sociologia, filosofia, ética, sendo trabalhados de forma plural
79 supririam essas necessidades. Mas explicou que temos legislações, então é necessário
80 aperfeiçoar essa legislação e debater como pode ser trabalhado da melhor forma. Para
81 trabalhar em sala de aula, é necessário compreender o outro através dos seus templos,
82 rituais, orações, entender os aspectos de todas as religiões, ou seja, o professor tem que
83 estar preparado para entender que não é a religião dele ou a cristã. É preciso entender
84 que esse debate faz parte da construção de identidade das pessoas, trabalhando de
85 forma plural. A formação dos estudantes hoje, formará os adultos futuros. Trouxe duas
86 correntes: a fenomenologia e história das religiões. Explicou que a fenomenologia está
87 presente nos cursos de teologia e ciências da religião, busca estudar as hierofonias, ou
88 seja, as coisas onde o sagrado se manifesta. E a religião considerada como um fenômeno
89 universal e humano. Pontuou achar muito complicado, pois a religião é um fenômeno
90 histórico, social, cultural, específico de diversos lugares. Se a religião for entendida como
91 igual e padrão em todo lugar, não entenderemos a pluralidade do indivíduo. Colocou
92 acreditar que os documentos normatizadores, sobretudo nessa questão da educação
93 deveriam ter como base a perspectiva que toda religião é um produto histórico, toda
94 religião é fruto da história. Pensar o debate sobre religiões na Rede Municipal do Recife,

95 precisa se entender que todos os debates devem considerar, a história, cultura, as
96 transformações e o contexto social da cidade onde será aplicado. Partindo para suas
97 conclusões, pontuou que no contexto do século XXI, o ensino sobre as religiões não pode
98 ser compreendido como parte da expansão das igrejas como educação religiosa, mas
99 como ponto fundamental para formação do cidadão. O indivíduo precisa respeitar o outro,
100 não é um estudo devocional, é um estudo que vai pensar as teorias e metodologias. É
101 preciso pensar o conteúdo no plural, e criticou a BNCC por não ser plural, é limitador,
102 porque pensa as religiões a partir de uma perspectiva específica. Não pode haver uma
103 hierarquização das religiões. Exemplificou falando que mesmo o catolicismo no Brasil
104 tendo mais devotos, ela não é maior que o islamismo, elas possuem igualdade de
105 importância. Pontuou a questão de materiais didáticos limitados, pontuou ter sido criada
106 lei importante e fundamental, mas não tem material. Os professores precisam de
107 elementos para trabalhar em sala de aula. O professor Carlos, falou sobre um ponto da
108 resolução em construção no CME, pediu permissão para dar sua opinião, comunicou que
109 abre um precedente grande para debate que talvez não avance, porque antes da
110 implementação no ano letivo há uma ciência, um debate com os pais. Como se vai
111 debater com essas pessoas da comunidade? Deu um exemplo, colocou que não se
112 discute o que vai ser estudado na matéria de Física. Finalizou sua fala pontuando que os
113 estudos das religiões devem ser evitados um ensino devocional e proselitista de
114 determinado grupo, pois escolas não são espaços adequados para o ensino das práticas
115 religiosas e sim da história das religiões. Enfatizou a necessidade de materiais didáticos
116 específicos, possibilitar os estudantes alcancarem os saberes fundamentais ao
117 desenvolvimento das suas potencialidades e talentos. A inserção dos debates religiosos,
118 irá proporcionar aos estudantes uma visão histórica e social ampla sobre o tema, através
119 da reflexão. Deixou uma proposta, que além da resolução, será preciso pensar em
120 material didático e formação para os professores. Segundo o convidado, a grande
121 questão não é pensar apenas a resolução, a proposta do ensino religioso, mas é ter
122 cuidado como será executada. Sobretudo, hoje é preciso formar pessoas que estarão lá
123 na ponta debatendo todas essas temáticas com os estudantes. Após o momento de fala
124 do Professor Carlos, a presidente abriu para os destaques dos conselheiros. A
125 conselheira Ana Lúcia iniciou os destaques, contextualizou suas experiências com as
126 falas do professor, colocou suas vivências como professora. Perguntou então se esse
127 recorte do estudo das religiões deve continuar facultado ou deveria se tornar disciplina
128 fazendo parte da carga horária? A conselheira Alíria, primeiramente fez elogios ao
129 convidado, o parabenizou por fazer um trabalho técnico, plural, com debate cultural.

130 Inspirando o colegiado a fazer o melhor. Solicitou que o material da apresentação fosse
131 disponibilizado, assim como a cartilha. O conselheiro Isaac pontuou que em alguns
132 momentos não sabe como se dará o ensino religioso dentro das escolas, pois os
133 professores não poderão ser tendenciosos, pois é preciso ter propriedade. Também
134 aproveitou para parabenizar o professor, pois se mostrou extremamente preparado.
135 Dando seguimento aos agradecimentos, o conselheiro Wallace agradeceu as falas, todas
136 preocupadas na questão da formação e do profissional. Sobre ver a religião como
137 fenômeno, e não se prender a questões pessoais. Pontuou que uma resolução não
138 esgota o tema nem a discussão como um todo, enfatizou que o olhar normativo enquanto
139 conselho foi não só no recrutamento do profissional mas ter uma dinâmica de preparação
140 para o professor estar em sala de aula. Finalizou sua fala trazendo a importância do
141 ensino religioso como uma ferramenta científica para que o estudante tenha pensamento
142 crítico, sabendo diferenciar tolerância e coexistência. A conselheira Elaine ampliou a
143 questão da formação, ir além dos professores. Pois existe uma equipe inteira que traz
144 arraigado suas crenças. Trouxe exemplos do seu dia a dia no chão da escola exatamente
145 sobre situações difíceis. Colocou a importância do respeito e trabalhar entre todos que
146 ocupam os espaços escolares. Tocou na questão de começar não apenas no
147 fundamental, mas já a partir da educação infantil. A conselheira Josineide, trouxe um
148 questionamento, perguntou quem seriam esses professores? Explicou que o indivíduo
149 sempre terá uma tendência, então quem seriam esses professores neutros? O
150 conselheiro Francisco falou sobre a diversidade religiosa da sua família, e explicou que
151 quando era estudante já questionava e criticava como era abordado a religião na escola.
152 Pontuou a importância do debate da história das religiões e também questionou quem
153 seria o profissional imparcial habilitado para estar a frente dessas aulas? A conselheira
154 Andréa iniciou sua fala dizendo o quanto ficou encantada com a aula que foi dada, pois
155 teve muito clareza, profundidade de entendimento do que é a questão do ensino religioso.
156 Pontuou também sobre a pluralidade, aprender que religião não é um conceito ligado a
157 Deus, mas ligado a questão cultural e histórica. Sobre as questões trazidas nas falas de
158 Josineide e Francisco, para a conselheira a palavra profissional está implícito um técnico,
159 alguém que vai ter a condição técnica de falar sobre determinado assunto sem seu
160 posicionamento particular, enquanto profissional saber fazer esse filtro. Perguntou ao
161 professor sobre a questão da educação infantil, se deveriam trazer para dentro da
162 resolução, como ficaria? A conselheira Alíria se inscreveu, solicitou para pontuar sobre
163 as falas dos demais, colocou que as barreiras atitudinais são as mais difíceis de todas.
164 Explicou que não é preciso discutir o que se pensa de forma particular sobre religiosidade,

165 mas sim o que a academia está construindo, com dados científicos, com embasamento e
166 ser incorporado na política de ensino da rede e a partir daí o profissional vai seguir. O
167 conselheiro Isaac comentou como é importante ter pessoas capacitadas, professores que
168 estejam em constante formação. Após todas as falas e questionamentos dos
169 conselheiros, a presidente Ana Paula passou a palavra novamente ao Professor Carlos
170 para que pudesse realizar os esclarecimentos. O professor, primeiramente diferenciou
171 religião e religiosidade. Religião é sempre coletiva, sempre pública, enquanto
172 religiosidade é privada, individual. Pontuou que o trabalho é analisar historicamente as
173 religiões, um historiador sério tem um limite, que é a fé do indivíduo, não deveria ser uma
174 preocupação do profissional. Se posicionou sobre o componente curricular do ensino
175 religioso na educação básica, se pudesse escolher, falou que não teria necessidade caso
176 um debate em história, filosofia, sociologia, de forma séria, que abordasse todos os
177 componentes, habilidades e competências. Porém, explicou que não vivemos em mundo
178 que nós queremos, então se existe essa necessidade pela lei da implementação,
179 devemos trabalhar ela, e não será bem sucedida se não discutir o que é debatido nas
180 instituições. Se for só replicado o que está na BNCC para sala de aula, apenas
181 aplicaremos algo que acredita ser desastroso. Explicou que dessa forma não será
182 reconhecida as particularidades, a diversidade cultural. Pensar que essas discussões já
183 estão nos componentes curriculares, mas se é necessário implementar que seja feito da
184 maneira mais plural possível e que não fique amarrado apenas aos documentos que
185 temos. Sem formação continuada não andarão. É preciso trabalhar essa formação e
186 pensar uma política de ensino que a partir do momento que a resolução for aprovada não
187 demorar em fazer os materiais didáticos adequados. Sobre profissionais neutros, o
188 convidado pontuou que não existe, o que existe é o profissional técnico que teve
189 formação. Fez uma citação da resolução que está sendo construída, mais
190 especificamente o artigo 10, colocou que esse profissional atende a normatização, mas
191 enfatizou que é preciso deixar bem amarrado. Concordou com a fala de Elaine, que todos
192 que fazem o espaço escolar precisam ser formados e atualizados, pois a escola não é
193 feita apenas de professor e estudante. Sobre levar símbolos religiosos para escola,
194 explicou que laico é diferente de laicista. O laico é a possibilidade das religiões
195 coexistirem. Por fim, sobre o título, o que menos preocupa o convidado hoje é o nome,
196 mas sim com a formação, que são os conteúdos. Dentro do título o que será debatido?
197 Essa seria a preocupação. Sobre educação infantil, é a mesma questão do ensino
198 fundamental. Podendo ser trabalhado o reconhecimento do outro, identidade, no
199 momento que se trabalha essa temática pode ser incluída as religiões e a diversidade.

200 Explicou que esses debates são invisibilizados e silenciados dentro do currículo, pontuou
201 sobre um currículo oculto de silenciamento dentro das escolas e precisam ser enfrentados
202 e só será possível dizendo ao professor da rede que falar sobre Exu ou falar sobre as
203 outras religiões por exemplo, não vai tirar sua crença, não será mais ou menos crente,
204 será um profissional. A presidente agradeceu todas as reflexões trazidas pelo Professor
205 Carlos, pontuou que foram vários momentos que os fez refletir e ampliar os olhares sobre
206 o tema. Todas as colocações pertinentes, capacitando os conselheiros. O sentimento foi
207 de um processo formativo. Acrescentou que o CME estará sempre de portas abertas para
208 futuros encontros e discussões. O professor novamente agradeceu e se colocou a
209 disposição para pensar em materiais didáticos, ler, reler e formar os professores. A
210 presidente agradeceu. **Informes.** A conselheira Elaine comunicou sobre a portaria nº
211 1197 no Diário Oficial de sábado, onde é criado o cargo comissionado de auxiliar de
212 coordenação, para onde foram alocados os gestores de creches por não pertencerem ao
213 GOM não puderam se candidatar, e esse profissionais serão lotados nas unidades
214 escolares. Quem são esses auxiliares? Esses profissionais não tem formação adequada
215 para ser coordenador, estão chegando para ser auxiliar. É um cargo comissionado,
216 ficaram várias perguntas sobre esse cargo. Pediu esclarecimentos caso alguém tenha
217 conhecimento. A presidente esclareceu que na segunda-feira pediu explicações a Maria
218 Costa, solicitou mais informações para passar os esclarecimentos. Finalizando os
219 informes. **Palavra Facultada.** A presidente recebeu convite para participação da posse
220 dos novos conselheiros do COMUD, e perguntou quem gostaria de representar o CME no
221 dia 21 de setembro, o conselheiro Isaac se disponibilizou. A segunda palavra facultada foi
222 sobre o convite da vereadora Liana Cirne para participação em audiência pública, com o
223 tema "OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), NO
224 MUNICÍPIO DO RECIFE" no dia 27 de setembro. Diante do convite e da data os
225 conselheiros sugeriram que as reuniões desse dia fossem no plenarinho da Câmara. A
226 conselheira e vereadora Ana Lúcia, deixou registrado a importância dessa audiência e
227 pontuou que o conselho deveria participar em massa, inclusive informou que a Divisão de
228 Educação de Jovens e Adultos não foram convidados, tornando a presença do CME ainda
229 mais importante. A presidente então perguntou a todos se estavam de acordo da CLN e o
230 Pleno acontecerem presencialmente durante a audiência. Decisão aceita pela maioria,
231 havendo apenas uma abstenção do conselheiro Isaac e um voto contra do conselheiro
232 Neto. Nada mais havendo a tratar, a presidente do Conselho Municipal de Educação, Ana
233 Paula de Oliveira Tavares, encerrou a reunião e eu, Paula Emanuelle de Lima Silva,

234 secretária desta reunião plenária, lavrei a seguinte ata, que vai por mim assinada e
235 pelos demais presentes.